



Avaliação,
Políticas
e Expansão
**da Educação
Brasileira 10**

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 10

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 10 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 10) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-467-2 DOI 10.22533/at.ed.672191007 1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A BILDUNG E A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	
Munir José Lauer	
Carmem Lucia Albrecht da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6721910071	
CAPÍTULO 2	11
A JUSTIÇA E A META 19: QUESTÕES EM TORNO DO CONCEITO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	
Carmem Lúcia Albrecht da Silveira	
Rosimar Serena Siqueira Esquinsani	
DOI 10.22533/at.ed.6721910072	
CAPÍTULO 3	20
A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBA SOBRE O PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE DIREÇÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Renata Riva Finatti	
DOI 10.22533/at.ed.6721910073	
CAPÍTULO 4	36
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA PROUNI: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DOS BOLSISTAS E O CONTEXTO DE PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA	
Leonardo Nascimento de Lima	
Lorena Machado do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6721910074	
CAPÍTULO 5	47
CHARTER SCHOOLS E CONTRATOS DE GESTÃO NA EDUCAÇÃO: DEBATENDO SOBRE LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Henrique Dias Gomes de Nazareth	
DOI 10.22533/at.ed.6721910075	
CAPÍTULO 6	57
CULTURA POLÍTICA E EDUCAÇÃO: ANÍSIO TEIXEIRA (1951 A 1964)	
Pedro Henrique Nascimento de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6721910076	
CAPÍTULO 7	70
DIFICULTADORES NA GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL EM BOA VISTA/RR	
Eduardo Tarragó	
Saiuri Totta Tarragó	
DOI 10.22533/at.ed.6721910077	
CAPÍTULO 8	84
DIVULGANDO O IFPR – O CONHECIMENTO ALÉM DAS SALAS	
Leandro Rafael Pinto	
Wilson Lemos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.6721910078	

CAPÍTULO 9	101
GESTÃO DEMOCRÁTICA: AÇÕES VIVENCIADAS EM ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL NA ZONA LESTE DE MANAUS-AM	
Francisca Arlete Costa de Oliveira Márcio Silveira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6721910079	
CAPÍTULO 10	114
PROCESSOS PARTICIPATIVOS NA CONSTRUÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: REFLEXÕES E PRÁTICAS EM AÇÃO	
Luciane Spanhol Bordignon Eliara Zavieruka Levinski	
DOI 10.22533/at.ed.67219100710	
CAPÍTULO 11	127
RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Emeline Dias Lódi	
DOI 10.22533/at.ed.67219100711	
CAPÍTULO 12	135
A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL	
Rosa Maria da Silva Kátia Cristina Nascimento Figueira	
DOI 10.22533/at.ed.67219100712	
CAPÍTULO 13	145
AÇÕES INTEGRADORAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: RESULTADOS DE UMA INTERVENÇÃO DIDÁTICA COM MATERIAIS DE BAIXO CUSTO	
Nirlei Terezinha Teodoro Paulo Vitor Teodoro de Souza Nicéa Quintino Amauro	
DOI 10.22533/at.ed.67219100713	
CAPÍTULO 14	151
EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS MAIS EDUCAÇÃO E NOVO MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE GOIÁS	
Deuzeni Gomes da Silva Sônia Santana da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.67219100714	
CAPÍTULO 15	159
ENSINO MÉDIO NO CAMPO E AS (IM)POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO INTEGRAL A PARTIR DA LEI 13.415 DE 2017	
Claudemir Lourenção	
DOI 10.22533/at.ed.67219100715	
CAPÍTULO 16	174
INSTRUMENTOS ORGANIZACIONAIS DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL: UM ESTUDO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	
Madison Rocha Ribeiro Genylton Odilon Rêgo da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.67219100716	

CAPÍTULO 17	189
INTEGRAÇÃO CURRICULAR E FORMAÇÃO INTEGRAL: TRAJETÓRIAS E INTER-RELAÇÕES	
Jane Bittencourt	
Ilana Laterman	
DOI 10.22533/at.ed.67219100717	
CAPÍTULO 18	204
O PAPEL DO COORDENADOR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS	
Evaldo Batista Mariano Júnior	
Márcia Helena Silva de Oliveira	
Valeska Guimarães Rezende da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.67219100718	
CAPÍTULO 19	215
PROJETO GUAPORÉ DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM ARIQUEMES-RO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA INTERRUPÇÃO DO PROGRAMA	
Francisco Roberto da Silva de Carvalho	
Silvana de Fátima dos Santos	
Carmem Tereza Velanga	
DOI 10.22533/at.ed.67219100719	
CAPÍTULO 20	226
INTERCÂMBIO CULTURAL E IDENTIDADE JUVENIL	
Sylvia Cristina de Azevedo Vitti	
DOI 10.22533/at.ed.67219100720	
CAPÍTULO 21	240
O TRATAMENTO DA DIVERSIDADE INDÍGENA NUMA ESCOLA MUNICIPAL URBANA DO MUNICÍPIO DE DOURADOS, MS	
Marta Coelho Castro Troquez	
Elda Do Val Haerberlin Marcelino	
DOI 10.22533/at.ed.67219100721	
CAPÍTULO 22	250
POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL (2002-2012): UMA REFLEXÃO SOBRE A PRIMEIRA DÉCADA DE COTAS PARA NEGROS	
Paulo Alberto dos Santos Vieira	
Priscila Martins de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.67219100722	
CAPÍTULO 23	268
POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO ÂMBITO ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA SENSÍVEL	
Ana Luiza Tomazetti Scholz	
Luiza Bäumer Mendes	
Josiane Lieberknecht Wathier Abaid	
DOI 10.22533/at.ed.67219100723	

CAPÍTULO 24	277
RELAÇÕES DE GÊNERO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: TENSÕES E DISPUTAS NO PNE E NOS PEES E PMEs	
Telmo Marcon	
Ana Lucia Kapczynski	
DOI 10.22533/at.ed.67219100724	
CAPÍTULO 25	290
POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE ENTRE 1995 E 2013: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO	
Alexandre Ramos de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.67219100725	
SOBRE O ORGANIZADOR	308

PROCESSOS PARTICIPATIVOS NA CONSTRUÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: REFLEXÕES E PRÁTICAS EM AÇÃO

Luciane Spanhol Bordignon

Universidade de Passo Fundo, Faculdade de Educação
Passo Fundo-RS

Eliara Zavieruka Levinski

Universidade de Passo Fundo, Faculdade de Educação
Passo Fundo-RS

RESUMO: Este estudo se insere no campo de investigação da interação entre universidade e os sistemas de educação básica, em uma universidade comunitária - a Universidade de Passo Fundo. O objetivo geral centra-se em analisar os processos participativos na construção dos Planos Municipais de Educação em dois municípios do norte do Rio Grande do Sul. A temática é refletida com base na consulta a documentos e na forma metodológica da construção dos planos ancorada em processos participativos. A interação entre universidade e comunidade faz parte do compromisso social da universidade comunitária e legitima sua interlocução com os sistemas da educação básica.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Sistemas de Educação Básica. Planos Municipais de Educação.

ABSTRACT: This study is inserted in the field

of the investigation of the interaction between the university and the basic education systems in a Community College - Universidade de Passo Fundo. The general objective centralizes the analysis of the participative processes in the construction of the Municipal Education Plans in two towns in the North of Rio Grande do Sul. The theme is reflected through documents' search and plan construction methodological format, based on participative processes. The interaction between the university and the community is part of the Community College social commitment and certifies its communication with the basic education systems.

KEY WORDS: University. Basic Education Systems. Municipal Education plans.

1 | INTRODUÇÃO

É inegável a importância da universidade no contexto brasileiro, embora seja perceptível que muitos brasileiros não conseguem ascender a esse nível de ensino, mesmo com novas formas de acesso ao Ensino Superior, como o Exame Nacional do Ensino Médio e as políticas públicas educativas como o Programa do Ministério da Educação - ProUni (concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de

formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior), o Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior) e as políticas de ações afirmativas. Inserida no contexto da universidade, as práticas de pesquisa, de extensão e de ensino configuram o ensino superior.

Entre os modelos de ensino superior, encontram-se as universidades comunitárias. A criação das universidades comunitárias deve-se, também, ao espírito associativo, com forte presença nos estados do sul do país. Durston (2000) salienta que em determinadas regiões existe um significativo *capital social comunitário* ou coletivo, que consta das normas e estruturas que conformam as instituições de cooperação grupal. Reside não nas relações interpessoais diáticas, mas nesses sistemas complexos, em suas estruturas normativas, gestonárias e sancionadoras.

Este artigo tem por objetivo analisar os processos participativos na construção dos Planos Municipais de Educação (PME) em dois municípios do norte do Rio Grande do Sul. Está organizado em três itens: algumas reflexões sobre a universidade, universidade comunitária e iniciativas pedagógicas; os Planos Municipais de Educação e os processos participativos e as experiências municipais na elaboração dos PME. A temática é refletida com base na consulta a documentos e na forma metodológica da construção dos planos ancorada em processos participativos.

Nessa perspectiva, os processos participativos fazem parte do compromisso social da universidade comunitária e legitima sua interlocução com os sistemas da educação básica.

2 | ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A UNIVERSIDADE E A UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA

A universidade, para Freire (2003), tem dois momentos que se relacionam permanentemente: um é o momento em que conhecemos o conhecimento existente; o outro o em que produzimos o novo conhecimento. Etimologicamente a palavra universidade, segundo o dicionário Houaiss, vem do latim *universitas*, que significa universalidade, totalidade; companhia, corporação, colégio, associação.

Conforme analisa Chauí (2001), a universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade da qual faz parte. Não é nenhuma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada. A universidade é o lugar de produção de conhecimento e isto se dá por meio da prática e do desenvolvimento da pesquisa. Como instituição eminentemente social, a universidade deve ser comprometida com a difusão dos conhecimentos, seus avanços e com a ampliação da cidadania.

No contexto mundial, Musselin (2011) salienta que os sistemas foram marcados por duas grandes evoluções: expansão quantitativa e diferenciação dos sistemas de

ensino superior. As instituições de ensino superior nacionais, de fato, estão submetidas a um duplo movimento de internacionalização e de “territorialização” que instiga alguns autores como Marginson e Rhoades (2002) a defini-las em “glonacal”, isto é, global, nacional e local ao mesmo tempo.

O desafio contemporâneo para a educação brasileira, segundo Severino (2012), continua sendo o compromisso com a formação cultural das pessoas, em todas suas dimensões existenciais, e que, no que lhe cabe essa formação, pressupõe um necessário e permanente envolvimento com o processo de construção do conhecimento, com o processo de pesquisa.

Em se tratando do âmbito da comunidade, Readings (2002) salienta que a universidade poderia funcionar como o lugar habitado por uma comunidade de pensadores, sob a condição de que se repense criticamente a noção de comunidade, de maneira a libertá-la da tradição organicista e da corporação medieval. Nesse sentido, comunidade é o local no qual a vida acontece, em uma rede de interações humanas. O estudo das comunidades deve caminhar junto com o estudo dos conflitos, das problemáticas socioculturais e econômicas das próprias comunidades.

Essa relação próxima entre universidade e comunidade está expressa em vários documentos e declarações. A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI, realizada em Paris em 1998, aponta em seu artigo 2º que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem desempenhar seu papel na identificação e tratamento dos problemas que afetam o bem-estar das comunidades, nações e da sociedade global. Ao apontar a orientação a longo prazo, baseada na relevância da educação superior, o artigo 6º do mesmo documento aponta que a educação superior deve ampliar sua contribuição para o desenvolvimento do sistema educacional como um todo, especialmente por meio do melhoramento da formação do pessoal docente, da elaboração de planos curriculares e da pesquisa sobre a educação. O primeiro encontro reforçou a pertinência da educação superior em função da adequação entre o que a sociedade espera das instituições e o que estas fazem. Passados 11 anos do encontro global para discutir aos rumos da educação superior, novos desafios passaram a fazer parte da pauta na 2ª Conferência Mundial sobre Educação Superior no século XXI, como globalização e tecnologia na aprendizagem. Um dos pontos salientados é de que Instituições de Ensino Superior, por meio de suas funções principais (pesquisa, ensino e extensão), devem aumentar o foco interdisciplinar e promover o pensamento crítico e a cidadania ativa por meio da extensão.

A importância do ensino superior e da formação docente é inquestionável na educação brasileira. Para efeito de registro e de acordo com as formas de financiamento de normatização, as instituições de ensino superior são classificadas em federais, estaduais e municipais e em privadas - comunitárias, confessionais, filantrópicas e particulares. Percebe-se uma capilaridade do sistema privado – confessional, filantrópica, particular e comunitária. Nesse cenário do ensino superior brasileiro, as universidades comunitárias, caracterizadas como públicas não-estatais, estão

presentes em vários estados: Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Recife, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

No Rio Grande do Sul, as universidades comunitárias organizam-se no Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), criado em 1996, com 15 universidades associadas. Em Santa Catarina, as universidades comunitárias organizam-se na Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), fundada em 1974 e que congrega 16 fundações educacionais, criadas com apoio do Governo do Estado e de Prefeituras.

Esse modelo de IES está preconizado na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB). A Constituição Federal (1988), em seu artigo 213 refere que, poderão ser consideradas comunitárias, confessionais ou filantrópicas as escolas que provarem finalidade não lucrativa e aplicarem seus excedentes financeiros em educação. Nesse mesmo artigo, no parágrafo 2º aponta a possibilidade de que as atividades universitárias de pesquisa e extensão recebam apoio financeiro do poder público. O artigo 20 da LDB aponta como comunitárias as universidades que são constituídas por grupo de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora membros da comunidade. Mais recentemente, a Lei nº 12.881 de 2013, dispõe sobre a definição, a qualificação, as prerrogativas e as finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES). Essa lei descreve características básicas para a qualificação das UC: constituição na forma de associação ou fundação de direito privado, patrimônio pertencente à sociedade civil ou ao poder público, não distribuição da sua renda, aplicação integral dos recursos nas suas atividades e desenvolvimento permanente de ações comunitárias. As ICES contam com as seguintes prerrogativas: ter acesso aos editais de órgãos governamentais de fomento direcionado às instituições públicas e recebem recursos orçamentários do poder público. Acredita-se que a legislação veio reconhecer o papel das instituições comunitárias e precisar a sua real identidade.

A universidade faz parte do projeto das sociedades e das comunidades e tem como cooperar para o seu aperfeiçoamento, desenvolvimento e modificação. As características da universidade comunitária nos tempos atuais sinalizam com mais ênfase as relações e os compromissos com suas comunidades.

2.1 Algumas iniciativas pedagógicas da universidade de passo fundo

Entre as universidades comunitárias do Rio Grande do Sul, está a Universidade de Passo Fundo – UPF, instalada oficialmente em 1968 marca presença significativa na região norte do estado. Atualmente atende a mais de 21 mil alunos, conta com mais de 1.100 professores e 1.200 funcionários, e faz parte da vida de pessoas em mais de 100 municípios do norte gaúcho. A UPF já formou mais de 67 mil profissionais

e oferece 61 cursos de graduação, 53 cursos de especialização em andamento, 14 cursos de mestrado, quatro cursos de doutorado e nove estágios pós-doutorais. Conta com uma estrutura multicampi, que, além do Campus Passo Fundo, compreende unidades instaladas nos municípios de Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Sarandi e Soledade.

A UPF possui 12 unidades acadêmicas, entre elas a Faculdade de Educação (Faed). Essa unidade acadêmica teve sua origem com o curso de Pedagogia que pertencia a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras criada em 1957, mas somente dez anos após que foi consolidada a sua criação. Ao longo dos anos de atuação, mudou a realidade da formação inicial e continuada de professores e da educação regional. A formação de profissionais qualificados, os projetos de integração com a comunidade, a prática da pesquisa e as discussões sobre os processos educativos fazem parte da missão da Faed.

No âmbito do ensino e especificamente na formação de professores oferece o curso de Pedagogia, cursos de Pós-graduação *lato sensu* e *Stricto Sensu*. A Pós-graduação *stricto sensu*, abarca o Programa de Pós-graduação em Educação, que iniciou suas atividades em 1997 com o curso de Mestrado e em 2012 com o curso de Doutorado, atualmente com as linhas de pesquisa em Fundamentos da Educação, Processos educativos e linguagem e Políticas Educacionais.

O processo de maturação da pesquisa na Faed, por meio do Centro Regional de Educação (CRE) colaborou para a criação do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação, especialmente no que diz respeito ao compromisso e interlocução com as questões sociais e educacionais da região. Esse processo consolidou-se devido a alguns fatores: a presença de alguns “intérpretes”, na perspectiva de Bauman (2010), como pessoas-chave e a *trajetória da pesquisa ligada à extensão*. Houve um movimento interno e também externo na influência da política educacional nacional.

O CRE também realiza a interação entre Universidade e os Sistemas de Educação a mais de quatro décadas. Atualmente o CRE está estruturado com quatro programas: Formação de Professores; Apoio Didático Pedagógico ao Processo de Ensino e Aprendizagem; Educação Integral e Políticas e Gestão da Educação.

A Faed, desde a década de 1970, por meio das ações do CRE, vem conduzindo estudos sobre a realidade da educação no ambiente regional. No início dos anos 1970, em um encontro de instituições de ensino superior sobre pesquisa em educação, foi comentada a diretriz adotada pela UPF de voltar-se às necessidades do entorno regional (pesquisa aplicada). A partir dos anos de 1970, foram encaminhadas diversas iniciativas que marcaram os futuros caminhos: criação de um plano de capacitação docente, principalmente em especializações; primeiros projetos de pesquisa; ofertas de cursos em regime de férias e criação de novos (BOTH, 1993). Segundo Comin (2013), o CRE é um exuberante laboratório em Metodologia do Ensino, citando algumas ações no início da caminhada: a reciclagem e professores: para a implantação da reforma

do ensino de 1º e 2º graus preconizadas pela lei no 5692/71; o Programa de Ação Integrada (PRAI) entre o Sistema de Ensino Estadual em colaboração com a UPF; o Programa de Assessoria Técnico-pedagógica aos Municípios.

Segundo Dal Moro (2013), a criação deste centro se assentou no objetivo de garantir a articulação entre a Universidade e os sistemas de ensino por meio de uma ação continuada de formação qualificada de professores das redes de ensino com base no princípio da universalização da educação de qualidade social. Este centro emergiu do âmago de iniciativas que consolidaram o caráter comunitário da UPF.

O CRE tem como objetivos articular as demandas da região de influência da UPF, a fim de implementar processos que atendam às necessidades educativas emergentes e promovam a educação continuada; promover diálogo entre os saberes construídos na Universidade e nos diferentes contextos educativos, visando à superação dos problemas de forma coletiva, participativa e democrática, buscando promover crescimento científico, social e ético de todos os envolvidos; constituir-se em um espaço de investigação dos problemas emergentes da área da educação, sistematizar as práticas extensionistas através da produção de memórias, textos e ensaios, visando a qualificação da extensão e do ensino, bem como subsidiando projetos de pesquisa; integrar, a partir das demandas regionais e através de projetos interdisciplinares, as diferentes áreas do conhecimento; propor projetos de extensão para serem desenvolvidos em parceria visando a socialização de conhecimentos e aprofundamento de problemas e necessidades emergentes no contexto atual.

Na formação de professores e professores gestores de escolas públicas estaduais e municipais da região norte do Rio Grande do Sul, no ano de 2014 o Centro Regional de Educação desenvolveu dezesseis projetos atingindo aproximadamente dois mil professores da educação básica. Os projetos originam-se das necessidades das redes e/ou escolas e muitos estão relacionados à implementação de políticas educacionais de governo ou públicas. A mediação do CRE inicia na interlocução com o sistema e/ou instituição para construir, de forma contextualizada, o projeto que orientará a ação no processo de formação continuada dos professores e se estende com o trabalho nos diferentes espaços.

Nesse sentido, existe a clareza histórica e contextual do compromisso social da UPF e de sua articulação com os Sistemas de Educação Básica. Esse compromisso continua sendo assumido pela Faed e pelo CRE ao longo dos anos.

3 | PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E OS PROCESSOS PARTICIPATIVOS

O Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em junho de 2014, definiu a elaboração posterior dos Planos Estaduais de Educação e dos Planos Municipais de Educação. Nesse sentido, os 26 estados, o Distrito Federal e os 5.570 municípios deveriam adequar ou elaborar os seus planos, tendo como um dos indicadores, a

participação social. A elaboração ou adequação dos planos deveria estar em sintonia com o PNE, bem como constituir um alinhamento coerente, integrado e articulado entre os mesmos. A construção dos PME ou a sua adequação desencadeou algumas reflexões que merecem destaque: o **espaço municipal, o planejamento e a participação**.

Os movimentos produzidos pelos PME provocaram uma mobilidade não só dos Conselhos Municipais de Educação e das Secretarias Municipais de Educação, mas de toda municipalidade. Romão sinaliza essa perspectiva, ao justificar que “é no **espaço municipal** que se aprende a fazer política e administração, dado que a população cobra, direta e objetivamente, de suas lideranças e de seus governantes locais, posições e soluções imediatas e concretas para os problemas da vida pessoal e coletiva”. (2010, p. 15).

Os movimentos instituídos e instituístes na construção e/ou adequação dos PME, demandam **planejamento** no âmbito municipal. Ferreira esclarece que o planejamento é o contrário da improvisação. Indica que “uma ação planejada é uma ação não improvisada: uma ação improvisada é uma ação não planejada. Não improviso quando tenho um objetivo em vista e estou interessado em alcançá-lo”. (1983, p. 15). No âmbito educacional, o planejamento requer a reflexão da realidade educacional que se tem para transformá-la. No que diz respeito aos PME, esses definem, segundo Bordignon (2009), a concepção e viabilização da realização do projeto municipal de educação, superando rotinas, ações segmentadas e improvisações. O autor ainda sinaliza que o PME é “o instrumento de gestão para tornar efetiva a cidadania e a sociedade nas bases e diretrizes do Sistema Municipal de Educação. (...) Sem plano municipal não há visão de Estado nas ações, não há caminho a percorrer, mas apenas passos ao sabor das circunstâncias de cada governo”. (2009, p. 92).

Nessa perspectiva, é possível refletir sobre quem pensa, quem elabora e quem executa os PME, sobre a sua construção/adequação direcionadas para a inclusão dos sujeitos sociais, bem como se os PME são pensados e formulados por meio da participação, constituindo-se em planos de Estado.

Alguns aspectos são fundamentais no planejamento dos PME. Segundo Bordignon (2009), elaborar um PME implica em responder três perguntas: *onde estamos?* (Diagnóstico, análise da situação); *o que queremos?* (Finalidades, objetivos, definição da utopia) e *o que fazer?* (Definição da caminhada, traduzida em políticas, diretrizes, objetivos e metas).

A elaboração dos PME deve constituir-se em processos de formação e de aprendizagem e de participação. Um dos princípios dessa elaboração é a participação. Conforme Bordignon (2009) é essencial que se ouça e contemple as aspirações da pluralidade das vozes do município e sinaliza que “o maior desafio na construção do plano é a mobilização para a participação”. (id bid, p. 97).

A **participação**, segundo Fleites, representa “a possibilidade de todos os membros de um grupo ou comunidade de estar informados, opinar e o mais importante,

de decidir sobre os objetivos, metas, planos e ações, em cada uma das etapas do processo, será o indicador autêntico da participação”. (1996, p. 19).

Nas palavras de Freire (1997) simplesmente não se pode pensar pelos outros nem para os outros nem sem os outros. Levinski (2008) estende a reflexão observando que também não é possível escutar, falar e fazer pelos outros, nem para os outros, nem sem os outros em processos de natureza participativa. Pensar, escutar, falar e fazer dialeticamente são exigências e aprendizagens do planejamento participativo. Esta prática rompe com a concepção de “consulta”, isto é, de chegar aos grupos com propostas predefinidas. A concretização do debate democrático legitima o pensar, o fazer e o avaliar o processo realizado coletivamente por todos os envolvidos. Nesse sentido, o ato de planejar e concretizar participativamente as propostas demanda tempo e dedicação de todas as instâncias envolvidas que desejam uma escola democrática e uma sociedade menos desigual. Gandin (2002) observa que o planejamento participativo, ao avançar para questões mais amplas e complexas, pode contribuir para desenhar alternativas de intervenção na realidade social para transformá-la e para construí-la numa direção estabelecida em conjunto por todos os que participam da instituição, grupo ou movimento.

O planejamento participativo abre possibilidades, permite a participação e co-responsabilidade nas decisões; é um instrumento de trabalho capaz de conduzir à descoberta e à autogestão; é um processo político contínuo, que facilita não apenas a execução, mas a tomada de decisões frente às situações-problema, ultrapassando a dimensão técnica.

Nesta perspectiva do planejamento participativo é fundamental refletir sobre a participação. Segundo Lück (2006), a participação envolve três dimensões: a *dimensão política*, que refere-se ao sentido do poder das pessoas de construir a sua história e a história das organizações que fazem parte. Ela implica a vivência da democracia e a substituição do poder “sobre” pelo poder “com”. A *dimensão pedagógica* que se constitui como um processo permanente de ação-reflexão e propicia a seus participantes a oportunidade de desenvolver o sentido de co-responsabilidade, a par do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relativas a prática social. A *dimensão técnica* que não tem significado sem a política e esta não tem expressão sem a técnica.

Participar, segundo Demo “significa redistribuir bens e poder, desta forma, a necessidade de um poder central é reconhecida, e há a necessidade de democratizar o poder, não de eliminá-lo”. (1993, p.137). Ainda Demo ressalta a importância da participação conquistada, no sentido de um processo histórico infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. “Não há participação suficiente, nem acabada. Ela é em essência autopromoção e existe como conquista processual”. (id bid).

Considerando este entendimento, se faz necessário compreender o processo de “colonialismo”, que, segundo Santos, “são todas as trocas, todos os intercâmbios, as relações, em que uma parte mais fraca é expropriada de sua humanidade”. (2007,

p.59). Essa expropriação está relacionada à cultura da espera, na qual os outros tomam as decisões, não permitindo a efetiva participação do sujeito. Já na *descolonização*, segundo Santos não mais se espera por algo pronto, como se fosse uma dádiva concedida. Descolonizar é um processo moroso, que exige persistência, mas que permite a mudança pessoal e da comunidade.

Os instrumentos de participação democrática permitem processos de “descolonização”, pois podem assegurar a participação na elaboração, implementação e avaliação de planos e políticas de interesse público. Com a luta da mobilização por direitos e com organização, é possível construir uma nova visão de sociedade, de política, de escola, pois os indivíduos se sentem sujeitos históricos e participantes.

Nessa perspectiva, os processos participativos na educação municipal, podem possibilitar um processo de construção coletiva, no qual os interesses e necessidades de grupos sejam atendidos e possibilitem a inclusão de todos os cidadãos. Por isso, é urgente pensar nas opções contra-hegemônicas apontadas por Santos (2007), que são os movimentos de resistência, a mobilização das populações e as ecologias possíveis. Assim, para o autor, um novo mundo é possível, no qual pode haver o reconhecimento das diferenças, fazendo, este, parte de uma busca de alternativas. Essa perspectiva de participação se constitui segundo Bordignon, “em um rico espaço de poder local para o exercício pleno da cidadania”. (2009, p. 122).

4 | EXPERIÊNCIAS MUNICIPAIS NA ELABORAÇÃO DOS PME

O Centro Regional de Educação atendeu a solicitação de dois municípios do norte do Rio Grande do Sul: os municípios de Ronda Alta (o município, em 2014, atingiu uma população de 10.655 habitantes; a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais era de 7,15% da população; quanto ao número de escolas, há no município 4 escolas municipais, sendo 2 de Educação Infantil e 2 de Ensino Fundamental, 2 escolas estaduais, sendo um indígena; o total de matrículas em 2014 era de 1782 alunos) e Gentil (o município, em 2014, atingiu uma população de 1960 habitantes; a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais era de 7,59% da população; quanto ao número de escolas, há no município 3 escolas municipais, sendo 1 de Educação Infantil e 2 de Ensino Fundamental, 3 escolas estaduais, sendo 1 indígena; o total de matrículas em 2014 era de 407 alunos) quanto ao assessoramento e dinamização do processo de construção participativo do PME. Inicialmente organizou-se, de forma participativa e conjunta – universidade e sistema público de educação - o projeto “Plano Municipal de Educação: processo de construção participativo”, elencando as etapas de estudo, análise da situação educacional do município e sistematização.

Após a elaboração do projeto, as ações foram sendo edificadas. Primeiramente, realizaram-se encontros com os gestores das redes municipais e membros do Conselho Municipal de Educação para o processo de formação sobre o Plano Municipal de Educação e sobre a elaboração do PME, tendo como referenciais o PNE, o Plano de

Desenvolvimento da Educação (PDE), o Plano Estadual de Educação (que estava em construção), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); as Diretrizes Curriculares Nacionais; Lei Orgânica Municipal e documentos já construídos a respeito da análise da situação da educação no município. Após essa etapa, reuniu-se a comunidade a fim de realizar a formação sobre o PNE e os processos de elaboração do PME. Dando sequência, organizaram-se as Comissões Coordenadoras e as Comissões Temáticas, que sistematicamente estudaram os referenciais acima citados. Realizou-se um amplo processo de formação com cada uma das comissões. Durante esse processo de estudo e sistematização, o CRE assessorou e dinamizou o processo de construção, bem como a elaboração de metas e estratégias e no processo de conclusão do documento. Realizaram-se várias sessões de estudo e votações das metas e estratégias. Na última etapa da construção do PME, realizou-se assembleia geral, apresentando o plano à comunidade para sua validação e encaminhamento ao executivo e posterior aprovação pela Câmara dos Vereadores. Um dos pontos que merecem destaque é a participação de Secretários Municipais nesse processo, bem como a presença do poder legislativo, representantes dos Conselhos, profissionais da educação, educandos e familiares e sociedade civil. Uma das preocupações presente nos dois municípios, diz respeito aos conflitos entre indígenas e agricultores quanto a questões de posse das terras. Mas o que foi possível perceber, durante o processo, foi à participação dos indígenas e dos agricultores, envolvendo-se em todos os momentos de elaboração do plano. Nesse sentido, é possível perceber, conforme Bordignon que “o PME deve ser elaborado com e para a comunidade, seguindo o princípio da participação”. (2009, p. 101).

5 | ENCAMINHAMENTOS CONCLUSIVOS

A reflexão sobre processos participativos na construção dos Planos Municipais de Educação, abordada neste estudo exprime a interação entre universidade e sistemas públicos de educação. Reitera-se, neste sentido, a função social da Universidade, que precisa sair de seus muros e buscar a sua inserção na sociedade, analisando, discutindo e equacionando as diferentes questões e os diferentes problemas, promovendo a contextualização da realidade no que se refere aos sistemas públicos de educação.

Este estudo objetivou analisar os processos participativos na construção dos Planos Municipais de Educação em municípios do norte do Rio Grande do Sul. A experiência local, de processos de participação, confere a possibilidade de constituir processos que fomentam a formação cidadã e a perspectiva de projetos e ações serem vivenciados pelos sujeitos que fizeram parte dos debates, legítima a forma e a coragem de esferas municipais protagonizarem práticas participativas nos processos de gestão.

O desenvolvimento do trabalho, no seu percurso, foi constitutivo. Os momentos de fala e de escuta foram um dos primeiros sinais metodológicos do processo participativo. Levinski (2008) colabora nesta reflexão observando que ao pronunciar a palavra as pessoas manifestam suas compreensões, suas convicções, anunciam e denunciam a partir da leitura de mundo que possuem. No ato de falar “com”, não “para”, o outro é estabelecido um vínculo de cumplicidade e compromisso com quem escuta. Sobrepondo-se à tendência de falar impositivamente aos outros, no processo participativo, a fala e a escuta são práticas necessárias, visto que desta comunicação dialógica emergem aprendizagens, compromissos e acordos. Vale observar que os sujeitos da ação nem sempre são pacientes e humildes para se colocarem na posição de escuta. Todavia, nas palavras de Freire “é preciso que quem tem o que dizer saiba, sem dúvida nenhuma, que sem escutar o que quem escuta tem igualmente a dizer, termina por esgotar a sua capacidade de dizer por muito ter dito sem nada ou quase nada ter escutado”(1997, p. 132).

O processo de construção participativa do PME adquire sentido e sobrevive quando emerge das necessidades comuns da população, quando há compromisso de muitos e condições para efetivá-la. Um desafio apontado é a necessidade de constituir um processo que dinamize a materialização do que foi pensado e definido tendo como orientação a reflexão do feito na relação com o projeto, sem perder de vista os princípios teórico-metodológicos do planejamento participativo.

Na perspectiva do processo de construção participativa, aumenta-se o poder de decisão das pessoas. E, nesse sentido, segundo Luck (2008) aumenta-se o poder de ação, de aprendizagem e de transformação das práticas e, portanto, o poder da educação.

REFERÊNCIAS

ACAFE. Disponível em:< <http://www.new.acao.org.br/acao/>> . Acesso em: 20 jan. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e Intérpretes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da Educação no Município**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BOTH, Agostinho. **A Criação da UPF**. Passo Fundo: Editora UPF,1993.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. **Lei 12 881/2013**. Disponível em:< http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.881-2013?OpenDocument>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. **Constituições da República Federativa do Brasil**. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CHAUI, Marilene. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

COMIN, Irany. UPF: uma boa semente lançada em terra boa. IN: TASCÁ, Ivaldino. **Eu e a UPF**. Passo Fundo: Aldeia Sul, 2013.

COMUG. Disponível em: http://www.comug.org/COMUG_Website/COMUG_2013.html. Acesso em: 10 jan. 2019.

DAL MORO, Selina. Entre o entender e o construir: minha experiência como coordenadora do Centro Regional de Educação – UPF. IN: TASCÁ, Ivaldino. **Eu e a UPF**. Passo Fundo: Aldeia Sul, 2013.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. São Paulo: Autores associados, 1993.

DURSTON, John. **Qué es el capital social comunitario?** (2000). Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/5/4885/lcl1400.pdf>. Acesso em 20 jan. 2019.

FERREIRA, Francisco Whitaker. **Planejamento sim e não**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

FLEITES, Cecília Linares; CAJIGAL, Sonia Correa; PUING, Pedro Emilio Maras. **La participación: solución o problema?** Habana: Centro de Investigación y Desarrollo, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Cartas à Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. São Paulo: Unesp, 2003.

GANDIN, Danilo Luís Armando. **A prática do planejamento participativo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**.. Manaus: Objetiva, 2002. CD-ROM

LEVINSKI, Eliara Zavieruka. **A dimensão político-pedagógica do processo participativo no ensino público municipal de Getúlio Vargas/RS**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LUCK, Heloisa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006 b. v. II

_____. **A Gestão Participativa na escola**. Petrópolis; Editora Vozes, 2008.

MARGINSON, Simon; RHOADES, Gary. **Além dos Estados Nacionais, mercados e sistemas de ensino superior: uma agência heurística glonacal**. (2002) Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/37970529/hed-2002-marginson-rhoades>. Acesso em: 20 jan.2019.

MUSSELIN, Christine. Ensino Superior (verbete). ZANTEN, Agnés van (Coord.). **Dicionário de Educação**, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

READINGS, Bill. **Universidade sem cultura**. Rio de Janeiro: EduERJ, 2002.

ROMÃO, José Eustáquio. **Sistemas Municipais de Educação**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Pós-graduação, pesquisa e formação: desafios da contemporaneidade.** In: *Revista Espaço Pedagógico*. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rep/issue/view/362/showToc> Acesso em: 10 jan. 2019.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-467-2

